

Ivanna Pequeno dos Santos

DIREITO À ÁGUA

Bem comum e governança participativa

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2021

Copyright © 2021 by Ivanna Pequeno dos Santos

Categoria: Direito Ambiental

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini
Revisão: Lorena Vale

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

S237d

Santos, Ivanna Pequeno dos
Direito à água : bem comum e governança participativa / Ivanna
Pequeno dos Santos. -- Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021.
352 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 307-313.

ISBN 978-65-5510-642-8

1. Direito constitucional. 2. Água. 3. Direitos fundamentais. 4. Bem
comum. 5. Governança participativa. I. Título.

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

1. Introdução.....	1
2. Água: o Desafio do Século XXI	9
2.1 A simbologia do uso da água	10
2.2 Aspectos físico-químicos e biológicos da água.....	15
2.3 Crise hídrica	19
2.3.1 Dessalinização	24
2.3.2 Reúso da água	26
2.3.3 Pegada hídrica.....	30
2.4 Acesso à água	32
2.4.1 A (re)municipalização.....	32
2.4.2 O novo marco legal do saneamento.....	34
2.5 Conflitos por água.....	40
2.5.1 Conflitos por água na América Latina	45
2.5.2 A mineração e os conflitos socioambientais.....	49
2.5.3 Os desastres em Mariana e Brumadinho.....	51
2.6 O princípio da precaução e as leis do medo	57
2.7 Segurança hídrica.....	61
3. A Função do Direito na Proteção à Água	69
3.1 O direito e a busca de um novo paradigma.....	69
3.2 O direito e a água	72
3.3 Por um direito humano à água	74
3.3.1 Tratados internacionais.....	77
3.3.2 Comentário geral no 15 do comitê econômico, social e cultural da ONU.....	82

3.3.3 Resoluções no 64/292, no 15/9 e no 70/169 da Assembleia Geral das Nações Unidas	87
3.4 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.....	91
3.4.1 ODS 6: água potável e saneamento	94
3.4.2 O Brasil e os indicadores dos ODS	97
3.5 Fóruns mundiais da água.....	99
3.5.1 Soluções baseadas na natureza (SbN)	102
3.5.2 Economia circular	104
3.6 A constitucionalização do direito à água	105
3.7 O direito à água na Constituição Federal brasileira de 1988	112
3.8 Mercado de águas no Brasil.....	119
3.8.1 Uma experiência no Cariri-Cearense	123
3.8.2 O mercado de águas no Chile.....	124
3.9 A proposta de Luigi Ferrajoli	126
4. Para Além do Público e do Privado: a Água como Bem Comum.....	131
4.1 Os enclosures e os bens comuns.....	131
4.2 Análise terminológica	135
4.3 Da noção teológico-cristã de comum	137
4.4 Os comuns por Garrentt Hardin	141
4.4.1 Os recursos naturais comuns e as categorias de direito de propriedade	145
4.4.2 A tragédia dos anticomuns	148
4.5 As contribuições de Elinor Ostrom	150
4.6 O comum na contemporaneidade	153
4.7 A Comissão de Rodotá	157
4.8 Categorias jurídicas da propriedade.....	164
4.8.1 Entre coisas e bens.....	168

4.8.2 A insuficiência da dicotomia bem público/bem privado.....	171
4.8.3 Bens ambientais	173
4.8.4 Interesses jurídicos difusos	175
4.9 Bem comum e/ou bem difuso: novos paradigmas	177
4.10 Água: bem comum?	179
5. Governança da Água no Brasil.....	183
5.1 Participação e democracia deliberativa.....	184
5.2 Os primeiros passos da proteção ambiental no Brasil e a participação popular	190
5.3 Governança	193
5.4 A governança das águas	200
5.5 Breve histórico e mudança de paradigma na governança de águas no Brasil.....	202
5.6 Comitês de Bacias Hidrográficas	219
5.7 A experiência francesa dos Comitês de Bacia Hidrográfica	225
5.8 Governança local: análise do Comitê da Sub-bacia Hidrográfica do Rio Salgado –Ceará-BR	230
5.8.1 Estudo de caso.....	236
5.8.2 Abrangência	237
5.8.3 Método investigativo.....	246
5.8.4 Perfil da amostra	247
5.8.5 Resultados e discussões	254
6. Conclusão.....	259
Referências	267
Bibliografia Complementar	307

Anexos

Anexo A – Parecer Consubstanciado do Ceará.....	317
Anexo B - Questionário Aberto	321
Questionário	322
Anexo C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	325